REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

O PAPEL DA ESCOLA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO NA SALA DE AULA

THE ROLE OF THE SCHOOL IN THE DECONSTRUCTION OF RACISM IN THE CLASSROOM

Ciências Humanas • 09/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794107852

Marilia Nascimento Cavalcante dos Santos[1]

Luciléia Lima Freire[2]

RESUMO

O presente estudo aborda o papel da escola na desconstrução do racismo na sala de aula, considerando a educação como um espaço fundamental para a formação de valores, identidades e relações sociais. O objetivo é compreender o papel da escola na desconstrução do racismo na sala de aula e o problema: qual o papel da escola na desconstrução do racismo na sala de aula? A pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa, fundamentada em livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados às relações étnico-raciais na educação. Nesse sentido, a escola possui papel essencial na promoção de uma educação antirracista, não podendo assumir uma postura neutra diante das desigualdades raciais. Destaca-se ainda a necessidade de integrar a temática étnico-racial ao currículo de forma contínua, ampliar a representatividade nos materiais didáticos, valorizar a história e a cultura afro-brasileira e africana e promover o diálogo e a reflexão crítica.

Palavras-chave: Racismo; Educação antirracista; Práticas pedagógicas; Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This study addresses the role of the school in deconstructing racism within the classroom, viewing education as a fundamental space for the formation of values, identities, and social relations. The objective is to understand the school's role in deconstructing racism in the classroom, centered on the following research question: what is the role of the school in deconstructing racism in the classroom? The research takes the form of a literature review with a qualitative approach, drawing upon books, scientific articles, legislation, and official documents concerning ethnic-racial relations in education. In this context, the school plays an essential role in promoting anti-

racist education and cannot adopt a neutral stance toward racial inequalities. Furthermore, the study highlights the need to continuously integrate ethnic-racial themes into the curriculum, increase representation within teaching materials, value Afro-Brazilian and African history and culture, and foster dialogue and critical reflection.
Keywords: Racism; Anti-racist education; Pedagogical practices; Ethnic-racial relations.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate acerca das relações étnico-raciais na educação brasileira tem se intensificado, especialmente no que se refere ao enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Nesse contexto, emerge o seguinte questionamento: de que maneira a escola pode contribuir para a desconstrução do racismo na sala de aula? Considera-se que o espaço escolar ultrapassa a função de transmissão de conteúdos, envolvendo também a formação de valores, identidades e atitudes, que influenciam diretamente o modo como os sujeitos compreendem a si mesmos e o outro.

A escola pode contribuir para a desconstrução do racismo na sala de aula por meio da adoção de práticas pedagógicas intencionais, críticas e inclusivas, que promovam a valorização da diversidade e o enfrentamento das desigualdades raciais. Isso implica integrar a temática étnico-racial de forma transversal ao currículo, superar abordagens pontuais e garantir a representatividade nos conteúdos e materiais didáticos.

Além disso, é fundamental que o ambiente escolar estimule o diálogo, a reflexão crítica e o respeito às diferenças, possibilitando

que os estudantes compreendam e questionem práticas discriminatórias presentes na sociedade. Nesse processo, o professor assume papel central como mediador, intervindo em situações de preconceito e promovendo uma educação comprometida com a equidade, contribuindo, assim, para a formação de sujeitos críticos, conscientes e atuantes na transformação social.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral compreender o papel da escola na desconstrução do racismo na sala de aula. Como objetivos específicos, busca-se descrever o racismo no contexto educacional, compreender a atuação da escola no enfrentamento dessa problemática e identificar estratégias pedagógicas voltadas à promoção de uma educação antirracista. Para tanto, a pesquisa orienta-se pelas seguintes questões norteadoras: o que caracteriza o racismo no ambiente escolar? Qual o papel da escola no enfrentamento das desigualdades raciais? E quais estratégias pedagógicas podem contribuir para a desconstrução do racismo na sala de aula?

O estudo delimita-se à análise do racismo no contexto educacional, com ênfase na sala de aula, tendo como objeto de investigação o papel da escola e das práticas pedagógicas no enfrentamento dessa problemática. Inserido no campo da educação, o tema dialoga com discussões relacionadas à diversidade, inclusão e direitos humanos, especialmente no âmbito da educação básica.

A escolha do tema decorre da compreensão de que a escola possui um papel fundamental na formação social dos indivíduos, sendo um espaço estratégico para a promoção do respeito à diversidade e da equidade racial. Além disso, a temática revela-se relevante diante da persistência de práticas discriminatórias no ambiente escolar,

muitas vezes naturalizadas, o que evidencia a necessidade de reflexões mais aprofundadas sobre o papel da educação na transformação dessa realidade.

A relevância social deste estudo está associada à necessidade de construção de uma educação mais inclusiva, crítica e comprometida com a justiça social. Ao discutir o racismo no contexto escolar, a pesquisa contribui para ampliar o olhar sobre as práticas pedagógicas, destacando a importância de ações educativas que promovam o respeito às diferenças e a valorização das identidades.

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de obras e produções acadêmicas já publicadas sobre a temática. Para tanto, recorre-se às contribuições de autores como Munanga (1999; 2005), Gomes (2005; 2012), Freire (1987) e Saviani (2003), possibilitando uma compreensão crítica e articulada do tema.

Por fim, este estudo busca contribuir tanto para o campo teórico quanto para a prática educacional, ao propor reflexões que possam auxiliar professores e gestores na construção de práticas pedagógicas antirracistas. Dessa forma, compreender o papel da escola na desconstrução do racismo torna-se não apenas uma necessidade acadêmica, mas também um compromisso com a promoção de uma educação mais justa, democrática e respeitosa das diferenças.

2. ESCOLA E A DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO NA SALA DE AULA

O racismo configura-se como um fenômeno histórico e estrutural que atravessa a sociedade brasileira, refletindo-se de maneira significativa no espaço escolar. Conforme afirma Munanga (1999), o

racismo no Brasil encontra-se profundamente enraizado nas relações sociais, manifestando-se, muitas vezes, de forma velada, o que dificulta seu reconhecimento e enfrentamento. Para o autor, compreender a lógica de funcionamento do racismo é condição essencial para a construção de estratégias eficazes de combate, especialmente em instituições formativas como a escola.

Nesse sentido, a escola assume um papel central na desconstrução das práticas racistas, uma vez que se constitui como espaço privilegiado de socialização e formação de valores. Ao reconhecer o racismo como parte da estrutura social, a instituição escolar passa a atuar não apenas na transmissão de conteúdos, mas também na formação de sujeitos críticos e conscientes. Assim, torna-se fundamental o desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas a uma perspectiva antirracista, promovendo o respeito à diversidade e contribuindo para a superação de desigualdades históricas.

A educação, nesse contexto, deve ser compreendida como instrumento de transformação social. De acordo com Freire (1987, p. 67), “a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Nessa perspectiva, o autor compreende a educação como uma prática de liberdade, capaz de promover a conscientização crítica dos sujeitos acerca da realidade em que estão inseridos.

A partir dessa perspectiva, entende-se que a atuação da escola na desconstrução do racismo está diretamente relacionada à formação de sujeitos críticos, capazes de questionar e transformar a realidade social. Isso implica repensar práticas pedagógicas, conteúdos curriculares e as relações estabelecidas no ambiente escolar, de modo a romper com visões excludentes e preconceituosas,

contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No âmbito das políticas educacionais, a Lei nº 10.639/2003 representa um marco na promoção da educação antirracista no Brasil, ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular orienta que a educação básica deve promover o respeito à diversidade e aos direitos humanos, assegurando a valorização das diferentes identidades culturais presentes na sociedade (BRASIL, 2017). Conforme destaca Gomes (2005), a educação das relações étnico-raciais deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve não apenas o currículo, mas também as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas no espaço escolar.

Dessa forma, a implementação da referida legislação exige mais do que a inclusão de conteúdos específicos, demandando uma transformação nas práticas educativas e nas concepções dos profissionais da educação. Trata-se de promover uma educação que valorize a diversidade cultural, combata estereótipos e contribua para a construção de identidades positivas, reafirmando o papel da escola como agente de transformação social.

Por fim, a função social da escola também é destacada por Saviani (2003), ao afirmar que a educação deve garantir o acesso ao conhecimento historicamente produzido, articulando-o à realidade dos sujeitos, contribuindo, assim, para a formação crítica dos indivíduos.

Nesse sentido, a escola consolida-se como um espaço fundamental na luta contra o racismo, sendo responsável pela promoção de uma

educação crítica, inclusiva e comprometida com a equidade. A adoção de práticas pedagógicas antirracistas torna-se, portanto, essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e respeitosa das diferenças.

2.1. O Racismo no Contexto Educacional

O racismo no contexto educacional manifesta-se de diferentes formas, incluindo práticas discriminatórias, invisibilização cultural e desigualdades no acesso e permanência dos estudantes no ambiente escolar. De acordo com Munanga (1999), o racismo no Brasil é estrutural e se reproduz nas instituições sociais, inclusive na escola, por meio de atitudes e discursos que reforçam a inferiorização da população negra. Para o autor, a ausência de reconhecimento dessas práticas contribui para a sua perpetuação, dificultando o enfrentamento efetivo do problema.

Nesse sentido, o ambiente escolar, ao mesmo tempo em que pode reproduzir desigualdades, também possui potencial para transformá-las. Quando práticas racistas não são problematizadas, elas acabam sendo naturalizadas no cotidiano escolar, afetando diretamente a autoestima, o desempenho e a permanência dos estudantes negros. Assim, torna-se essencial que a escola reconheça essas dinâmicas e atue de forma crítica, promovendo ações que combatam o racismo e favoreçam a equidade educacional.

A desigualdade racial na educação também se evidencia nos indicadores sociais e educacionais. Conforme aponta Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), estudantes negros apresentam, em média, maiores taxas de evasão escolar e menores níveis de escolaridade quando comparados aos estudantes brancos,

refletindo desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira.

Diante desse cenário, compreende-se que o racismo no contexto educacional não se limita a atitudes individuais, mas está relacionado a condições estruturais que impactam o percurso escolar dos sujeitos. Fatores como vulnerabilidade social, preconceito e ausência de representatividade no currículo contribuem para a manutenção dessas desigualdades, exigindo da escola uma postura ativa no enfrentamento dessas questões.

Além disso, a prática pedagógica pode, consciente ou inconscientemente, reforçar estereótipos raciais. Segundo Gomes (2005), a escola historicamente privilegiou uma visão eurocêntrica do conhecimento, marginalizando outras culturas e saberes. A autora ressalta que a superação dessa perspectiva exige uma revisão crítica do currículo e das práticas educativas.

A partir dessa compreensão, torna-se fundamental que os profissionais da educação adotem uma postura reflexiva diante de suas práticas, buscando promover uma educação inclusiva e antirracista. Isso implica valorizar a diversidade cultural, garantir a representatividade e desenvolver estratégias pedagógicas que reconheçam e respeitem as diferentes identidades presentes no espaço escolar.

Por fim, a educação crítica proposta por Freire (1987) reforça a importância da conscientização dos sujeitos como caminho para a transformação social. Para o autor, a educação deve possibilitar a leitura crítica da realidade, permitindo que os indivíduos

compreendam e enfrentem as estruturas de opressão, incluindo o racismo.

Dessa forma, entende-se que o enfrentamento do racismo no contexto educacional exige o compromisso coletivo da escola com a construção de práticas pedagógicas que promovam a equidade, o respeito às diferenças e a formação de sujeitos críticos, contribuindo para a transformação da realidade social.

2.2. O Papel da Escola no Enfrentamento do Racismo

A escola desempenha um papel fundamental no enfrentamento do racismo, sendo um espaço privilegiado para a construção de valores, identidades e práticas sociais. Nesse sentido, Silva (2007) destaca que a educação das relações étnico-raciais deve promover o reconhecimento e a valorização da história e cultura da população negra, contribuindo para a superação de práticas discriminatórias no ambiente escolar. Para a autora, a escola tem a responsabilidade de desenvolver ações pedagógicas que enfrentem o racismo de forma intencional e sistemática.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a escola não pode assumir uma postura neutra diante das desigualdades raciais, sendo necessário atuar de maneira crítica e comprometida com a equidade. Isso implica a construção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, combatam estereótipos e promovam o respeito às diferenças. Assim, o ambiente escolar passa a se constituir como um espaço de transformação social, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes e críticos.

Além disso, o enfrentamento do racismo está diretamente relacionado à organização do trabalho pedagógico e à função social

da escola. De acordo com Saviani (2003), a educação deve possibilitar o acesso ao conhecimento historicamente produzido, articulando-o à realidade dos sujeitos. Para o autor, a escola tem o papel de formar indivíduos capazes de compreender e intervir na sociedade, o que inclui o enfrentamento das desigualdades raciais.

Nesse sentido, a atuação da escola deve estar voltada para a formação crítica dos estudantes, promovendo reflexões sobre as relações sociais e as estruturas de poder que sustentam o racismo. A construção de uma educação comprometida com a justiça social exige que os conteúdos e práticas pedagógicas estejam alinhados à valorização da diversidade e ao combate às formas de discriminação.

Outro aspecto relevante diz respeito à formação dos profissionais da educação para o enfrentamento do racismo. Conforme aponta Gomes (2012), é fundamental que os educadores estejam preparados para lidar com as questões étnico-raciais no cotidiano escolar, desenvolvendo práticas pedagógicas que promovam a equidade e o respeito às diferenças.

Dessa forma, a formação docente deve incluir discussões sobre diversidade, identidade e desigualdades sociais, possibilitando aos professores uma atuação mais crítica e consciente. A ausência dessa formação pode contribuir para a reprodução de práticas discriminatórias no ambiente escolar, ainda que de forma não intencional.

Por fim, o enfrentamento do racismo na escola exige o envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores, estudantes e famílias. A construção de uma educação antirracista depende de ações coletivas e contínuas, que promovam o respeito

às diferenças e a valorização da diversidade. Assim, a escola consolida-se como um espaço essencial na luta contra o racismo, sendo responsável pela promoção de práticas educativas comprometidas com a equidade, a justiça social e a formação de sujeitos críticos, capazes de atuar na transformação da realidade.

2.3. Estratégias Pedagógicas para a Desconstrução do Racismo na Sala de Aula

A desconstrução do racismo no ambiente escolar constitui um desafio educacional, social e político que exige o desenvolvimento de práticas pedagógicas intencionais, contínuas e fundamentadas no reconhecimento da diversidade étnico-racial brasileira. A escola, enquanto instituição responsável pela formação humana e pela socialização dos conhecimentos historicamente produzidos, pode tanto reproduzir preconceitos e desigualdades presentes na sociedade quanto contribuir para o enfrentamento das discriminações raciais.

Nesse sentido, a construção de uma educação antirracista requer a revisão de concepções, conteúdos curriculares, materiais didáticos e relações interpessoais que, de maneira explícita ou implícita, reforçam estereótipos e hierarquias raciais. Nessa perspectiva, Cavalleiro (2001), ao investigar as manifestações do racismo e da discriminação racial no cotidiano da educação infantil, evidencia a importância de reconhecer as práticas discriminatórias que podem se manifestar nas relações entre crianças, adultos e instituições educativas.

A autora contribui para a compreensão de que o silêncio diante de situações de preconceito não representa neutralidade, pois pode

favorecer a naturalização das desigualdades e a continuidade de comportamentos discriminatórios. Assim, uma das primeiras estratégias pedagógicas para o enfrentamento do racismo consiste em desenvolver uma postura docente atenta às relações cotidianas, capaz de identificar manifestações de discriminação, intervir diante de situações de violência racial e promover o respeito às diferenças. Essa intervenção deve ocorrer de maneira educativa e responsável, sem constranger a vítima ou tratar a discriminação como uma brincadeira sem consequências.

A contribuição de Munanga (2005), na coletânea Superando o racismo na escola, também é fundamental para compreender que o combate ao racismo exige a revisão de práticas educativas que reproduzem visões estereotipadas sobre a população negra. O autor reúne reflexões que contribuem para o debate sobre as relações raciais e para a construção de alternativas educacionais comprometidas com a superação do preconceito.

A partir dessa perspectiva, o trabalho pedagógico precisa ultrapassar abordagens superficiais da diversidade, que se limitam à realização de atividades comemorativas ou à apresentação pontual de personagens negros. É necessário incorporar ao processo de ensino e aprendizagem conhecimentos sobre a história, as culturas, as experiências sociais e as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros, reconhecendo sua participação na constituição da sociedade brasileira.

Gomes (2005), ao discutir estratégias de atuação para a educação das relações raciais, reforça a necessidade de tratar a diversidade étnico-racial como uma dimensão constitutiva do trabalho educativo. A autora permite compreender que a educação

antirracista não deve ser concebida como responsabilidade exclusiva de determinados professores ou como conteúdo restrito a uma disciplina, mas como compromisso institucional que envolve currículo, formação docente, gestão escolar e relações estabelecidas no cotidiano.

Desse modo, as estratégias pedagógicas precisam estar articuladas ao projeto político-pedagógico da escola e ao planejamento das diferentes áreas do conhecimento, assegurando que o enfrentamento do racismo seja desenvolvido de forma sistemática, e não apenas em datas específicas do calendário escolar.

Uma estratégia indispensável para a desconstrução do racismo consiste na revisão crítica do currículo escolar e dos materiais didáticos. O currículo não é neutro, pois as escolhas relativas aos conhecimentos, aos sujeitos históricos e às referências culturais valorizadas pela escola influenciam a maneira como os estudantes compreendem a sociedade e constroem suas identidades.

Silva e Severo (2021) discutem como o currículo pode contribuir para a manutenção de práticas excludentes quando privilegia referências culturais hegemônicas e marginaliza outros grupos sociais. Sob essa perspectiva, torna-se necessário analisar os livros didáticos, as obras literárias, as imagens, os exemplos e as atividades utilizados nas aulas, identificando possíveis representações estereotipadas ou silenciamentos relacionados à população negra.

A seleção de materiais que apresentem pessoas negras em diferentes posições sociais, profissionais, intelectuais, políticas e culturais permite ampliar as referências dos estudantes e combater

representações que associam a negritude exclusivamente à escravização, à pobreza ou à subalternidade.

Nessa direção, a produção de Silva (2005), oferece subsídios para a análise crítica das representações raciais presentes nos materiais escolares. A autora contribui para a reflexão sobre a necessidade de identificar e superar representações discriminatórias que podem interferir na construção da identidade e da autoestima dos estudantes negros.

Portanto, o professor pode desenvolver atividades de análise comparativa de livros didáticos, ilustrações, textos e outros recursos pedagógicos, questionando quais grupos são representados, quais histórias recebem destaque e quais sujeitos permanecem invisibilizados. Essa prática favorece a leitura crítica dos discursos e possibilita compreender que as representações presentes nos materiais educativos são construções sociais que precisam ser examinadas e problematizadas.

Outra estratégia relevante consiste na valorização da história e das culturas africanas e afro-brasileiras por meio de propostas interdisciplinares. A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade ao incluir a história e a cultura dos povos indígenas. Essas disposições legais fundamentam a necessidade de incorporar tais conhecimentos ao currículo escolar, contribuindo para superar

abordagens que restringem a participação dos povos africanos e afro-brasileiros à escravização e às consequências da colonização.

No campo das práticas pedagógicas, essa orientação pode ser concretizada por meio de projetos de pesquisa sobre sociedades africanas anteriores à colonização, personalidades negras brasileiras, movimentos de resistência, comunidades quilombolas, manifestações artísticas, literatura afro-brasileira, religiões de matriz africana e contribuições da população negra para a ciência, a política e a cultura.

Essas atividades podem envolver leitura e interpretação de textos, rodas de conversa, produção de cartazes, exposições, entrevistas, pesquisas históricas e apresentações culturais, desde que planejadas com objetivos de aprendizagem definidos.

A contribuição de Silva (2005), auxilia a compreender a importância de reconhecer as africanidades como parte constitutiva da formação social e cultural brasileira. Assim, não se trata de acrescentar conteúdos isolados ao planejamento, mas de ampliar a compreensão dos estudantes sobre a diversidade de experiências, conhecimentos e formas de participação que constituem a sociedade.

A literatura infantil e juvenil também representa um recurso pedagógico importante para o desenvolvimento de uma educação antirracista, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. A utilização de obras que apresentem protagonistas negros, diferentes características físicas, referências culturais afro-brasileiras e experiências positivas de pertencimento pode contribuir para

ampliar o repertório cultural das crianças e favorecer o reconhecimento da diversidade humana.

Entretanto, a escolha dos livros precisa considerar a qualidade literária, a adequação à faixa etária e a maneira como os personagens são representados, evitando narrativas que reproduzam estereótipos ou reduzam a identidade negra a situações de sofrimento. Após a leitura, o professor pode promover conversas interpretativas, atividades de produção textual, desenhos, dramatizações e reflexões sobre respeito, identidade, pertencimento e discriminação.

Essas propostas devem permitir que as crianças reconheçam o racismo como um problema social e compreendam que características físicas, como a cor da pele e a textura dos cabelos, não justificam tratamento desigual. As contribuições de Cavalleiro (2001) reforçam a importância de observar como as relações raciais se manifestam desde a infância, período em que as crianças constroem percepções sobre si mesmas e sobre os outros.

Por essa razão, a intervenção pedagógica não deve ocorrer apenas quando o preconceito já se encontra explicitamente manifestado, mas também por meio de ações preventivas que valorizem as diferenças e promovam relações respeitosas. A escola precisa estar atenta a apelidos pejorativos, comentários sobre cabelos e traços físicos, exclusões nas brincadeiras e outras situações que possam expressar discriminação racial.

Diante dessas ocorrências, o professor deve intervir de maneira firme e educativa, explicar por que determinada conduta é discriminatória e promover a responsabilização de quem a praticou, sem expor ou

culpabilizar o estudante atingido. O enfrentamento do racismo exige, portanto, uma atuação docente que associe acolhimento, orientação e compromisso com a dignidade dos sujeitos.

A formação dos professores constitui outra dimensão fundamental para a efetivação dessas estratégias. O desenvolvimento de práticas antirracistas exige conhecimentos históricos, sociológicos e pedagógicos que permitam aos educadores identificar preconceitos, reconhecer desigualdades e planejar intervenções adequadas.

Nesse sentido, Gomes (2005) destaca a relevância de refletir sobre as possibilidades de atuação educativa diante das relações raciais. De forma complementar, Oliveira e Santos (2023), ao analisarem experiências de educação antirracista registradas em diários de aula, ressaltam a importância da reflexão sobre a prática docente e da sistematização do trabalho com a temática étnico-racial.

Desse modo, estudos coletivos, grupos de formação continuada, análise de situações vivenciadas na escola e revisão dos planejamentos podem contribuir para que os professores reconheçam práticas discriminatórias, questionem concepções naturalizadas e desenvolvam estratégias pedagógicas mais consistentes.

Além disso, a educação antirracista precisa estar presente na organização institucional e nas relações construídas entre professores, estudantes, gestores e famílias. A realização de projetos interdisciplinares, a revisão do projeto político-pedagógico, a seleção criteriosa dos recursos didáticos e a criação de procedimentos para acolher e enfrentar denúncias de discriminação são medidas que

favorecem a construção de um ambiente escolar comprometido com a equidade racial.

Gomes (2012), ao analisar a relação entre movimento negro e educação, contribui para reconhecer a importância das lutas históricas da população negra na produção de conhecimentos e na reivindicação de direitos educacionais. Essa perspectiva permite compreender que as práticas antirracistas não devem ser construídas exclusivamente a partir de referências externas à experiência dos grupos historicamente discriminados, mas também precisam reconhecer seus saberes, suas produções intelectuais e suas formas de resistência.

Nesse contexto, a participação dos estudantes no desenvolvimento das atividades também merece atenção. Em lugar de adotar práticas exclusivamente expositivas, o professor pode organizar debates orientados, pesquisas em grupo, análise de notícias, estudos de situações-problema e produção de materiais educativos que estimulem a reflexão crítica sobre as desigualdades raciais.

A partir dessas atividades, os estudantes podem identificar manifestações de racismo em diferentes espaços sociais, compreender suas consequências e discutir formas responsáveis de enfrentamento. Entretanto, é necessário assegurar que essas discussões sejam conduzidas com fundamentação teórica e mediação pedagógica, evitando que experiências de discriminação sejam tratadas como opiniões equivalentes ou que estudantes negros sejam responsabilizados por explicar o racismo aos colegas.

A construção do conhecimento deve apoiar-se em fontes confiáveis, na escuta respeitosa e no reconhecimento de que a

responsabilidade pelo enfrentamento da discriminação é coletiva. Diante dessas contribuições, compreende-se que as estratégias pedagógicas para a desconstrução do racismo na sala de aula precisam articular revisão curricular, valorização da história e da cultura afro-brasileira, seleção crítica de materiais didáticos, literatura representativa, intervenção diante de situações discriminatórias e formação continuada dos profissionais da educação.

A efetividade dessas ações depende de sua continuidade, de sua integração ao planejamento escolar e da avaliação crítica de seus resultados. Portanto, a educação antirracista não pode se restringir a atividades pontuais ou discursos genéricos de valorização das diferenças; ela exige compromisso pedagógico e institucional com a transformação das relações sociais que produzem e perpetuam desigualdades raciais.

Nessa perspectiva, a sala de aula constitui um espaço privilegiado para a formação de sujeitos capazes de reconhecer a diversidade, questionar preconceitos e participar da construção de uma sociedade mais justa e democrática.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como revisão de literatura, de abordagem qualitativa, uma vez que se fundamenta na análise de produções científicas já publicadas sobre o racismo no contexto educacional e o papel da escola na sua desconstrução. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, sendo fundamental para a compreensão e análise de diferentes perspectivas sobre o tema estudado.

A pesquisa bibliográfica permite a compreensão e a análise crítica de diferentes contribuições teóricas acerca do tema, possibilitando a construção de um embasamento consistente.

No que se refere às fontes de coleta de dados, foram utilizados livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que abordam as relações étnico-raciais na educação. Dentre os principais referenciais, destacam-se autores como Munanga (1999; 2005), Gomes (2005; 2012), Freire (1987) e Saviani (2003), além de documentos normativos como a Lei nº 10.639/2003 e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Também foram utilizados materiais disponíveis em meios digitais, como periódicos científicos e plataformas acadêmicas.

O procedimento de coleta de dados baseou-se na leitura seletiva, analítica e crítica das obras escolhidas. Inicialmente, realizou-se uma leitura seletiva, com o objetivo de identificar os materiais mais relevantes para a pesquisa. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica, buscando compreender as principais ideias e contribuições dos autores. Por fim, realizou-se a leitura crítica, permitindo a reflexão e articulação entre os diferentes referenciais teóricos, de modo a construir uma análise consistente sobre a temática.

No que diz respeito aos locais de pesquisa, foram consultadas bibliotecas físicas e virtuais, destacando-se bibliotecas institucionais e acervos digitais. Entre elas, incluem-se a biblioteca da instituição de ensino, bem como plataformas online como Google Acadêmico, SciELO e outros repositórios científicos.

Além disso, foram utilizados como recursos complementares periódicos científicos, artigos acadêmicos, legislações educacionais e

conteúdos disponíveis na internet, priorizando fontes confiáveis e reconhecidas no meio acadêmico. Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma análise aprofundada e fundamentada sobre o racismo no contexto escolar e o papel da escola na promoção de uma educação antirracista.

4. CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS

A partir da análise realizada, foi possível compreender que a escola possui um papel fundamental no processo de desconstrução do racismo no ambiente educacional. Os resultados evidenciam que o racismo não se manifesta apenas por meio de atitudes individuais, mas também está relacionado a práticas, comportamentos e estruturas que podem ser reproduzidos no cotidiano escolar. Dessa forma, torna-se necessário que a escola reconheça essas situações e desenvolva ações capazes de enfrentá-las de maneira consciente e contínua.

A pesquisa também evidenciou que a educação antirracista não deve ser trabalhada apenas em momentos específicos ou em datas comemorativas, mas precisa estar presente de forma permanente no currículo e nas práticas pedagógicas. A valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana, a utilização de materiais didáticos que apresentem diferentes representatividades e a problematização de situações de preconceito são estratégias importantes para contribuir com a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso.

Outro resultado observado refere-se à importância da atuação dos professores nesse processo. A prática docente precisa estar pautada no respeito às diferenças, no diálogo e na capacidade de intervir

diante de situações discriminatórias. Para isso, torna-se importante que os profissionais da educação tenham formação e preparo para trabalhar com as relações étnico-raciais, reconhecendo a diversidade presente na escola e desenvolvendo práticas que contribuam para a valorização das diferentes identidades.

Dessa maneira, compreende-se que a desconstrução do racismo na escola depende de um compromisso coletivo, envolvendo professores, gestores, estudantes e famílias. A escola, enquanto espaço de formação e socialização, pode tanto reproduzir desigualdades quanto contribuir para transformá-las. Por isso, a construção de práticas pedagógicas antirracistas representa um caminho importante para promover a equidade, o respeito às diferenças e a formação de sujeitos mais críticos e conscientes.

Por fim, os resultados permitem considerar que o enfrentamento do racismo no ambiente escolar exige ações intencionais, contínuas e integradas ao cotidiano educacional. A pesquisa reforça, portanto, a necessidade de uma escola comprometida com a diversidade e com a construção de relações mais justas, reconhecendo a educação como um instrumento importante para a transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores*. Brasília: MEC, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. revisada. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2005.

OLIVEIRA, Cleidiane Lemes de; SANTOS, Lorene dos. Educação antirracista em tempos de pandemia: os diários de aula como instrumento de formação e reinvenção do currículo escolar. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 21, e59686, 2023. DOI: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e59686.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. revisada. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Lílian Carine Madureira Vieira da; SEVERO, Rita Cristine Basso Soares. Educação para as relações étnico-raciais: possibilidade da educação e um currículo antirracista? Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 243-261, 2021. DOI: https://doi.org/10.12957/redoc.2021.57148

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando

o racismo na escola. 2. ed. revisada. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação das relações étnico-raciais no Brasil: reflexões e práticas.* Brasília: MEC, 2007.

---

[1] Acadêmico do 8° período do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Santa Terezinha - FEST. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Mestra em Ensino pela UNIVATES, Professora pedagoga do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Santa Terezinha - FEST. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail